

PRECONCEITO VELADO E A EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO COM DIRETORES E PROFESSORES ATUANTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO PIAUÍ

Agnes Grazielle dos Santos Reis ¹
Hilda Mara Lopes Araújo ²

RESUMO

Os processos formativos do Brasil, contribuíram para imensa gama de diversificação cultural, econômica e racial, acarretando severas discriminações. Com eco ainda forte, o âmbito escolar é atingido pela herança histórica do preconceito racial, onde por ser um ambiente em que os costumes postos em ação são bilaterais, acaba por transmitir o que se é vivenciado na sociedade moderna. Esta pesquisa busca analisar a existência de alguma forma de preconceito racial entre as crianças da educação infantil, a fim de obter dados sobre sua evidência segundo o olhar dos professores e diretores; bem como verificar o conhecimento dos mesmos acerca da definição de preconceito e identificar como se dá a prática docente cotidiana visando o combate ao racismo. A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, a coleta de dados através de questionário com perguntas subjetivas e no aporte teórico utilizou-se Damatta (2004); Camino e et all (2013); Aguiar, Piotto e Correa (2015); Alencar e Varela (2016); Santos e Silva (2018). Este trabalho demonstrou uma nova visão a respeito das formas de racismo, constatando que apesar de as relações étnico-raciais e preconceito serem assuntos recorrentes na atualidade, as ações de combate permanecem ocasionais, permitindo que escapem por entre os dedos as discriminações diárias.

Palavras-chave: Educação; Relações étnico-raciais; Preconceito.

INTRODUÇÃO

Os processos formativos do Brasil, contribuíram e contribuem para a inúmera gama de diversificação cultural, econômica e racial. Essa diversificação acarretou em imensas diferenças raciais, visto a origem dos povos que entraram no país e conseqüentemente severas discriminações. Com isso, os brasileiros são denominados como um povo miscigenado. Mediante a multiplicidade de raças houve uma hierarquização racial, onde os brancos eram denotados como superiores e os negros como inferiores, reflexo do período escravista vivenciado durante 400 anos. Esse reflexo ecoa na sociedade atual com o racismo, seja ele explícito ou implícito.

Com um eco ainda forte, o âmbito escolar é atingido pela herança histórica do preconceito racial. Onde por ser um ambiente em que os costumes postos em ação são bilaterais,

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí - UFPI, agnesgsantos@outlook.com;

² Professor orientador: Tutora do Programa de Educação Tutorial- PET Pedagogia da Universidade Federal do Piauí- UFPI; Doutora em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Mestrado em Educação- UESPI, hildamara2@hotmail.com.

acaba por transmitir o que se é vivenciado no meio social moderno. Porém esse recinto deve ser propício para a aprendizagem e construção coletiva do saber.

Esta pesquisa busca analisar a existência de alguma forma de preconceito racial entre as crianças da educação infantil, segundo o olhar de professores e diretores. Trata-se de um estudo qualitativo, por meio da aplicação de questionários em duas escolas voltadas a educação infantil localizada no estado do Piauí, que avalia a presença do racismo entre as crianças e quais as condutas tomadas pelos educadores e pela instituição mediante a evidência de racismo.

Tendo em vista que o preconceito racial é de certa forma secular e existente na atualidade, a pesquisa visa identificá-lo nas turmas de Educação Infantil, a fim de obter dados a respeito de sua evidência nesse recinto, bem como verificar o conhecimento de professores e diretores acerca da definição de preconceito e identificar como se dá a prática docente cotidiana visando o combate ao racismo. Ressaltando a conceituação moderna de preconceito, no qual busca não infringir as regras sociais, caracterizando-se por um preconceito velado.

Sabe-se que a escola não é alheia aos problemas sociais, pelo contrário, na escola por vezes faz-se a manutenção e reprodução desses problemas, sendo assim surge o interesse em pesquisar sobre o racismo e preconceito, segundo a visão de professores e diretores nos anos iniciais da educação básica, ou seja, na educação infantil.

O tema proposto surge a partir das reflexões sugeridas no andamento da graduação, além do interesse pessoal sobre o assunto, devido a identificação com a realidade da população negra no país e nas escolas, outrossim do aumento da violência entre as crianças nas instituições de ensino conforme acompanhamos comumente nos noticiários dos últimos anos.

HISTÓRIA DO PRECONCEITO NO BRASIL

Ao longo dos anos “pós-descoberta” do Brasil, observa-se uma intensa miscigenação decorrente das imigrações principalmente portuguesas, europeias e africanas. Onde os portugueses escravizaram os africanos como mão de obra eficiente e barata.

Quando findou-se o sistema escravista, os ex-escravos continuaram sendo encarados como um problema para a sociedade, pois haviam deixado descendentes, que em sua esmagadora maioria eram negros, logo denotados como raça inferior (SANTOS; SILVA, 2018). Além disso como diz Costa (2010, p. 366), “promovida principalmente por brancos, ou por negros cooptados pela elite branca, a abolição libertou os brancos do fardo da escravidão e abandonou os negros à sua própria sorte.”, desatino esse que trouxe o problema que

contemplamos até hoje: não há inclusão da população negra na sociedade brasileira, os mesmos sempre estiveram e permanecem as margens, na periferia da sociedade.

No final do século XIX, surgiu a teoria do branqueamento, que propunha uma imigração europeia a fim de ocorrer uma diluição da população negra. Com isso a ideia de superioridade branca tornou-se cada vez mais firme, deixando mais evidente a desigualdade racial. No entendimento de Lopes:

Quando pensamos em política imigrantista, lembramos que ela foi feita para substituir a mão-de-obra escravizada pela livre; no entanto, como vimos, essa perspectiva se confunde, em vários momentos, com a de substituir trabalhadores negros por brancos. A figura do negro é “confundida” propositalmente com a de escravo; não se cogita considerar o negro como trabalhador livre – esse papel já pertence “naturalmente” ao branco europeu. (LOPES, 2007, p. 10)

O negro tornou-se livre, mas não pôde nivelar-se ao branco, a libertação dos escravos deu espaço a chamada democracia racial, que não passou de justificativa para a indiferença e falta de solidariedade no mercado de trabalho, livre comércio e competição favorecendo então a produção e reprodução do racismo. Racismo esse que se caracteriza como uma forma de relação inter-racial, no qual o grupo dominante exerce atitudes depreciativas e comportamentos hostis e discriminatórios em relação aos membros dos grupos minoritários. (LINS, NUNES et al, 2014)

O PRECONCEITO E A ESCOLA

Constituindo um marco no âmbito de relações raciais na educação a lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, aborda o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira tornando-o obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares. Esse tema adicionado a grade curricular de ensino contribuiu para o enfrentamento do racismo e para o fortalecimento da identidade negra. A lei também propõe que a questão racial seja debatida entre professores, coordenadores pedagógicos e diretores, a fim de proporcionar um ambiente de aprendizagem e construção coletiva do saber (BRASIL, 2003)

Observa-se aqui que a vigência da lei 10.639, mesmo constituindo avanço importante para políticas étnico-raciais exclui a educação infantil de suas ações, por outro lado, sabe-se que na prática pedagógica cotidiana na educação infantil não é raro se deparar com situações onde o preconceito e discriminação racial são manifestos. (AGUIAR, PIOTTO, CORREA; 2015)

De acordo com Pessoa e Neto (2018), a existência de uma legislação federal serve de subsídio importante para ações em prol da igualdade racial nos diferentes ambientes escolares,

contudo na atualidade, a manifestação do preconceito ganha uma nova conotação, onde os sentimentos e atitudes preconceituosas não são expostos de forma explícita ou descarada e assim, mesmo presentes se escondem às normas sociais antirracistas. Exige-se então, um olhar atento tanto sobre os racismos explícitos como implícitos. (CAMINO, Leôncio et al, 2013)

No que tange a prática de ações conscientizantes e educativas previstas nos currículos educacionais, apesar das discussões à respeito, às ações para o combate do racismo tendem a ser circunstanciais, como o Dia da Consciência Negra, deixando passar despercebido as situações diárias de preconceito evidente ou oculto.

Dessa forma, dá-se espaço a uma violência que não se manifesta fisicamente, porém abrange um âmbito maior, pois se manifesta por meio de detalhes e sutilezas que por vezes passam despercebidas; assim se naturaliza a desigualdade e rotulação dos indivíduos por sua raça, cultura ou classe social a que pertence.

É o desconhecimento da hierarquia moral, especificamente capitalista e não mais escravocrata, que produz de modo novo tanto a distinção que legitima as novas formas de privilégio quanto o preconceito que marginaliza e oprime em violência aberta ou muda. (SOUZA, 2017, p. 81)

Pode-se também citar os livros didáticos que são utilizados como forma de aprendizagem e referência para que haja o aprendizado e desenvolvimento dos alunos, neles a referência sobre a população negra é figura dos negros e negras sendo escravizados e submissos durante o período de escravidão. (ALENCAR, 2016)

METODOLOGIA

O aparato metodológico utilizado para realização da pesquisa consiste na abordagem qualitativa que segundo Turato (2003), se relaciona com os dados, atribuindo valoração a subjetividade dos sujeitos do estudo ou ainda segundo Minayo (2001), abordagem esta que se preocupa com o que não pode ser quantificado ou reduzido a fatores numéricos ou estatísticos, debruçando-se assim sobre significados e significações, bem como valores, conceitos e atitudes.

Para mais, utilizou-se ainda da consulta bibliográfica, a fins de esclarecimento da temática, relacionando os dados obtidos na presente pesquisa á dados obtidos por meio de plataformas ou publicações científicas relacionadas à problemática.

Para coleta de dados a presente pesquisa se utilizou de um questionário composto por 8 questões subjetivas, com intuito de possibilitar maior liberdade de expressão e coletar a máxima quantidade de informações possíveis acerca da temática. O questionário foi entregue em duas

instituições voltadas para a Educação Infantil, sendo uma da rede privada localizada e outra da rede municipal ambas localizadas em Teresina e pertencentes ao estado do Piauí.

Os questionários foram distribuídos manualmente para os educadores e diretores do turno da tarde das duas instituições pesquisadas, sendo 6 para cada entidade, porém dos 12 apenas 6 foram devolvidos. Posto isso, a amostra de pesquisa é composta por professores e diretor das instituições referidas anteriormente, nas quais tiveram sua identidade preservada identificando somente seu cargo exercido. Para isso, denominou-se PROF A, PROF B, PROF C, PROF D, PROF E e DIRE.

Após a coleta dos questionários foi realizada a análise dos dados de forma comparativa, relacionando-os ao aporte teórico; visando garantir a eficácia da análise e clareza dos resultados, optou-se pela categorização das informações obtidas. As categorias são:

1. Conceituação de preconceito
2. Relações raciais entre responsáveis e educadores
3. Vivência do preconceito no ambiente escolar
4. Prática Pedagógica e Postura do Educador

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme esclarecido no tópico anterior, analisaremos as categorias definidas. No que se refere a Conceituação de preconceito, os funcionários demonstram entendimento acerca da definição do termo. Como reafirmação disto, a PROF A respondeu a esse questionamento se referindo a preconceito como “uma ideia formada antecipadamente, que não tem fundamento crítico ou lógico”. Dessa forma, o preconceito torna-se um erro tenaz e socialmente perigoso que por fugir das bases racionais torna-se ainda mais difícil combatê-lo. (BOBBIO, 2002)

Na categoria seguinte (Relações raciais entre responsáveis e educadores), evidenciou-se que a superficialidade e a indiferença predominaram mesmo quando as respostas evidenciaram preconceito claro para com as educadoras, conforme Prof C relata: “Nunca vivenciei uma situação de racismo, isso não existe mais. Teve uma situação que me disseram que foi racismo, foi logo no início das aulas os pais vinham a sala de aula para deixar os filhos e me perguntavam onde estava o professor da turma [...]; alguns chegaram a me pedir desculpas e dizer que achava que eu era faxineira e eu estava com jaleco igual aos outros professores, na porta esperando os alunos, mas nem liguei acontece sempre, não me xingaram ou ofenderam então não é racismo” ou de acordo com DIRE: “ tem muito pai que pede pra mudar o filho de turma com PROF C,

mas não acho que seja preconceito, as vezes eles não vão com a cara do professor dos filhos e tá tudo bem, é como dizem o santo não bateu”

Por meio disso, percebe-se que a sociedade brasileira não se identifica como um sistema altamente hierarquizado de raça em vista do preconceito velado constatado com as respostas obtidas. Além de corroborar que o preconceito mais frequente no Brasil é o racial, em vista, do histórico escravista do país. (DAMATTA, 2004; BOBBIO, 2002)

Além disso, pode-se notar que no Brasil continuamos entendendo o negro como aquele que tem capacidade limitada e não pode ocupar cargos acima de determinados parâmetros tão ilógicos e irracionais como o próprio preconceito.

Posto isso e considerando da máxima popular “filho de peixe, peixinho é”, analisaremos a categoria Vivência do preconceito no ambiente escolar e analisaremos se há ou não a existência do preconceito no cotidiano do alunado da educação infantil.

Iniciaremos a análise dessa categoria recorrendo a resposta de PROF E: “os alunos as vezes na inocência de criança, comentam sobre o cabelo crespo dos coleguinhas, dizendo que são muito bagunçados ou feios, mas é só isso mesmo”; ou ainda como diz PROF D: “não vejo preconceito na minha sala de aula, as vezes nas brincadeiras ou nas atividades de interpretação propostas as crianças brigam porque o herói X ou Y é branco e os mais moreninhos tem que ser os bandidos ou as criadas das princesas [...], as crianças não fazem por mal, mas acabam se desentendo por causa disso.”

Aqui, observamos mais uma vez que os professores não consideram como racismo essas atitudes, pois não constituem violência física ou verbal, entretanto pode-se entender essas atitudes como manifestação racista, seja ela influenciada pela mídia, pela literatura, livros escolares ou por costumes advindos do âmbito familiar. Por isso, torna-se urgente observar com mais afinco e atenção, o processo de socialização que se desenvolve no espaço escolar, pois muitas vezes ele ignora o preconceito velado que ali se manifesta (CAVALHEIRO, 2012)

Nas respostas relacionadas a Prática Pedagógica e Postura do Professor, são apontadas por PROF B como práticas pedagógicas ideias para combate ao racismo acompanhamento com psiquiatra, fonoaudiólogo, neurologista, palestras educativas e até mesmo a conversa informal, indo em contraponto à prática pedagógica dos primeiros educadores. A considerar importante o início da infância, alguns educadores defendiam a educação do afeto, da sensibilidade que seria alcançada mediante atividades lúdicas, envolvendo a arte de maneira geral (música, desenho, pintura, dança), trabalhos manuais, material didático e ambiente estimulante. Visando sensibilizar e incitar o aluno no processo de ensino e aprendizagem, o que cabe como método

eficaz no que diz respeito à aplicação de práticas educativas conscientizantes, verificado nas instituições atuais onde ainda é utilizado. (DOMINGUEZ,2020)

Percebeu-se também que as respostas por PROF C e DIRE, divergem em algumas questões relacionadas ao projeto pedagógico voltado ao combate ao racismo e às práticas preconceituosas, bem como quanto a presença de preconceito entre os alunos. Apontando um distanciamento entre o que proposto e o que é realizado, ou seja, a divergência entre teoria e prática.

Destarte, as práticas para a conscientização foram denotadas como informais pela PROF C, demonstrando o quão necessário se faz a inclusão da educação infantil em legislações que visem o combate ao racismo, a reformulação dos currículos, diretrizes e parâmetros nacionais educacionais visando a conscientização e promoção de igualdade étnico-racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que na visão dos funcionários não existe preconceito entre as crianças da Educação Infantil, entretanto, a pesquisa revelou um preconceito velado nas respostas dos entrevistados. Ambos os funcionários demonstraram domínio sobre a concepção de preconceito racial, apesar de ratificarem que não presenciaram nenhuma ação racista. Esses ainda apresentam divergência quando questionados a respeito de ações ao combate do preconceito, deixando evidente a dissonância do que deve ser realizado para o que realmente é posto em ação.

Este trabalho demonstrou uma nova visão a respeito das formas de racismo, além de constatar que apesar de as relações étnico-raciais e preconceito serem assuntos muito debatidos na atualidade, as ações de combate continuam a serem pontuais, permitindo que escapem por entre os dedos as discriminações diárias.

Para mais, o presente trabalho explicita que os currículos de formação tanto da educação infantil quanto da educação superior voltado aos pedagogos, urgem por transformação. Transformação essa que permita aos educadores um olhar atencioso aos inúmeros problemas que se apresentam em detalhes e sutilezas do cotidiano, mas que em contraponto, abalam o ideal educativo que a escola tem, que aos poucos estremece a credibilidade do papel formador e transformador que a escola tem na sociedade. Uma reformulação dos currículos atenta aos problemas que afligem a sociedade quer sejam eles de ordem econômica ou social, trazem informação e conhecimento tanto ao alunado quanto aos educadores e o acesso ao conhecimento convida a transformação da realidade, a invenção e reinvenção das práticas e aparato educativo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. M.; PIOTTO, D. C.; CORREA, B. C. Relações étnico-raciais e formação docente: situações de discriminação racial na educação infantil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, p. 373-388, 2015.

ALENCAR, E. C. M.; VARELA, G. N.. **A importância do combate ao racismo no ambiente escolar – Lei 10.639/03 e as dificuldades em sua efetivação**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3., 2016, Natal. Anais... Natal: REALIZE, 2016.

BOBBIO, N. **Elogio da serenidade**. Unesp, 2002.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ.**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL, **Lei. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei, v. 9, p. 96, 2003.

DAMATTA, R. **O que faz o Brasil, Brasil?**. Capítulo 3: A ilusão das relações sociais. p. 31, Rocco, 2004.

CAMINO, L. et al. **Repertórios discursivos contemporâneos sobre as desigualdades raciais no Brasil: um estudo com estudantes paraibanos de pós-graduação**. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 113-122, 2013.

CAVALHEIRO, E. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

COSTA, E. V. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. Unesp, 1998.

DOMÍNGUEZ, L. M. M.. **Una Pedagogía del Nosotros**. 2020.

LINS, S. L. B.; NUNES, A. L.; CAMINO, L. **O papel dos valores sociais e variáveis psicossociais no preconceito racial brasileiro**. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 95-105, Abril. 2014.

LOPES, T. T. A família Prado em São Paulo: imigração e branqueamento em fins do século XIX. **I Seminário Internacional Brasil no Século XIX**, 2007.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PESSOA, F. L.; NETO, F. R. A. Processo pedagógico e combate ao preconceito racial no ensino infantil: Busca de valores atitudinais numa escola pública no município de Brasileira-Acre. **Revista em Favor de Igualdade Racial**, v. 1, n. 1, p. 49-62, 2018.

SANTOS, R. A.; SILVA, R. M. N. B. **Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura**. *Educ. rev.*, Curitiba, v. 34, n. 68, p. 253-268, Abril. 2018.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Leya, 2017



TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa:** construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. Petrópolis: Vozes, 2003

